

# **POBREZA URBANA, A QUESTÃO SOCIAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:** desafios ao mundo contemporâneo e à mídia.

Hugo Assunção Sampaio<sup>1</sup>  
Antônia Jesuíta de Lima<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A pobreza urbana como uma dimensão central da questão social na Europa e no Brasil. Destaca inicialmente que a pobreza presente na realidade brasileira foi secularmente construída mediante a existência de um forte caráter oligárquico-autoritário que caracteriza as relações e que, além disso, se mostra fruto das transformações em curso no mundo atual, sobretudo quando envolve questões econômicas advindas do fenômeno da globalização recente. Discute a emergência de novos desafios que se colocam a sociedade, ao Estado e também a atores que passam a ocupar um papel de destaque na sociedade contemporânea, como é o caso dos meios de comunicação. Ao conquistar a centralidade que hoje se permite verificar, a mídia passa a se deparar com inúmeras questões impostas pela realidade de pobreza atual. Assim, relevante se torna a consideração dessa referida centralidade da mídia, haja vista que a observação de algumas de suas características particulares demonstra a capacidade que ela tem para atribuir sentidos à pobreza, o que a transforma num importante ator capaz de revelar uma compreensão da realidade.

Palavras-chave; Questão social. Pobreza urbana, Mídia.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os grandes centros urbanos brasileiros, especialmente as regiões metropolitanas e as capitais, deparam-se com problemas bastante semelhantes no que diz respeito à precariedade das condições de vida de parte da população. Buscar soluções para a gestão dos conflitos relacionados à problemática da pobreza urbana a partir da implementação de políticas públicas enérgicas e eficazes talvez seja, hoje e por isso, o mais urgente entre os muitos desafios impostos aos gestores públicos. É que os esforços empregados para a pronta solução dos problemas ligados à pobreza, além de

---

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Públicas da universidade Federal do Piauí. E-mail: hugosampaio@ig.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais, Professora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: a-jo.l@uol.com.br

insuficientes, não têm impedido que, a cada dia, mais pessoas sofram as consequências de uma vida de privações e incertezas.

Nesse cenário, multiplicam-se, em todas as cidades de médio e grande porte, as favelas, formando a base da pirâmide das regiões que as compõem. Para representar as favelas e as pessoas que ali residem é comum a atribuição de características negativas, estereotipadas e degradantes, quer pelos cidadãos comuns, quer pelos órgãos políticos e governamentais, quer ainda pelos meios de comunicação.

Este artigo tem como objetivo situar as expressões atuais de pobreza, bem como as provocações que ela impõe! a partir da recuperação das diferentes maneiras pelas quais ela foi compreendida e representada historicamente.

Para tanto, será empreendida uma reflexão acerca da pobreza urbana, situando-a como uma dimensão central da questão social, tanto na Europa quanto no Brasil. Ademais, inescapável se torna que, em seguida, discuta-se a emergência de novos desafios que se apresentam à sociedade, ao Estado e aos meios de comunicação, sendo que, no caso destes, isso advém do evidente papel de destaque desempenhado na sociedade contemporânea pela mídia.

## **2 A POBREZA URBANA COMO UMA DIMENSÃO CONCRETA DA QUESTÃO SOCIAL:** análise sobre a centralidade da pobreza na configuração da questão social

Discutir a questão social, ao contrário do que possa isso significar num exame menos minucioso, não deve ser uma tarefa restrita à constatação da realidade de pobreza, pois existem diferentes expressões e dimensões pelas quais essa questão pode vir a se manifestar. A questão social, tal como situada por Castel (1997, 1998), impõe-se à sociedade moderna como um problema a ela inerente, com característica de indissolubilidade, porque sublinha determinados distanciamentos, como os que se dão entre a dinâmica social e os movimentos que regem a economia e os mercados, entre a exigência de direitos e as pressões por eficiência e rendimento econômicos, ou

mesmo entre o conjunto de eis que visam à racionalidade da vida em sociedade a partir da garantia de igualdades e a realidade, diametralmente oposta, que multiplica exemplos de assimetrias de toda ordem. Nos países com maior grau de desenvolvimento. se num primeiro momento a pobreza era analisada como um fenômeno resultante da conjuntura vivida, atualmente pesam as considerações que a apresentam como um fenômeno estrutural.

Telles (1996) vai mais além e identifica na questão social uma aporia, ria qual há urna disjunção entre a esperança de melhores condições de vida e um choque de ceticismo decorrente da gravidade e envergadura dos problemas enfrentados. Segundo a autora (1996, p. 85):

a questão social é a aporia que, nos tempos que correm, diz respeito também à disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernização selvagem que desestrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência que tendem a se cristalizar como único destino possível.<sup>3</sup>

Quanto aos modos pelos quais a questão social pode ser traduzida, apontam-se a fragmentação dos sistemas de proteção social, a vulnerabilidade das relações sociais e as desconfianças com relação à medida da intervenção estatal (BELFIORE-WANDERLEY et al., 1997, p. 7). Outros dilemas, porém, vêm à tona, como os representados pela discussão da redefinição do papel do Estado e da responsabilidade pública, da justiça social e da redefinição do lugar do trabalho na dinâmica societária (TELLES, 1996).

Nesse sentido, Castel (1997, p.164) interpreta a questão social como “um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência”. Como ele mesmo adverte, se essa construção revela certa abstração, pode ser, no entanto, demonstrada pelo momento histórico que marcou o início da industrialização no mundo, no começo do século XIX.

---

<sup>3</sup> Enquanto Castel (1997, 1998) trata da questão social na Europa, Telles concentra seus esforços de análise no caso brasileiro. No entanto, no trecho citado, a autora introduz a discussão sobre a questão social no Brasil, tendo como ponto de partida o entendimento do que ela representa em escala mundial.

A questão social passa a ter, então, um caráter central num momento coincidente com o de expansão e consolidação do capitalismo, no início do referido século. É que, na esteira desse processo, começa uma crescente desestabilização dos trabalhadores, que se dá pela crise da “sociedade salarial” (CASTEL, 1998), resultante da desestruturação econômica dos países desenvolvidos e da fragmentação dos sistemas de proteção social, ou seja, a crise da sociedade salarial diz respeito à crise, nos países desenvolvidos, do Welfare State.

No que diz respeito às trajetórias de desvinculação ao eixo do mundo do trabalho, Castel (1998) aponta o desemprego provocado pelo contínuo processo de precarização e instabilidade dos postos de trabalho como fatores que, conseqüentemente, terão influência na constituição de “periferias precárias” e no processo de “desestabilização dos estáveis”. Tais transformações são promovidas mesmo diante da ocorrência de movimentos reivindicatórios que buscam assegurar e reconhecer direitos sociais, políticas públicas e estatuto de cidadania.

O ambiente resultante dessas transformações evidenciará um quadro no qual se encontram tanto os que não puderam gozar dos benefícios provenientes da expansão do capitalismo mundial e das transformações propiciadas pela revolução industrial e tecnológica, quanto aqueles que passam à condição de pobres. Se antes havia ao menos a possibilidade de retorno ao mundo do trabalho, o que garantiria uma certa estabilidade social, agora não mais existe a probabilidade de que essas pessoas sejam tidas como “exército de reserva”, derivando daí uma situação em que acabam despojadas dos direitos econômicos e sociais.

Esse momento histórico é também analisado por Polanyi (2000) quando tenta demonstrar como o Estado se mobilizou para criar as condições pelas quais a sociedade foi submetida ao mercado, e como foi gerado um novo sistema social em que todos os indivíduos se tornaram “átomos dispensáveis dentro de uma engrenagem — o moinho satânico”—, que, se deixado totalmente livre, sem quaisquer regulações, acabaria por destroçar todas as relações sociais.

Nesse sentido, Polanyi (2000) constata que durante um século a sociedade moderna se viu governada por um duplo movimento: o de expansão

contínua do mercado e o de refreamento, sendo este um contramovimento que cercava tal expansão em direções definidas. Sobre isso, diz Polanyi (2000, p. 161) que, “embora contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado”. Alertando o autor, assim, para os resultados que puderam advir caso se deixasse o desenvolvimento da economia de mercado ao sabor de leis próprias, “gerando grandes e permanentes males” em razão de um ajuste do sistema de mercado em relação à terra, ao homem e ao dinheiro.

A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para a venda. Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome da mão-da-obra e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda (POLANYI. 2000, p. 62).

Remontando essas considerações ao momento de expansão das economias em escala mundial, as ideias de Polanyi (2000) se ligam às explicações de Castel (1998), na medida em que esse autor busca demonstrar que a análise sobre as consequências sociais da Revolução Industrial se dá, muitas vezes, de maneira equivocada, já que perguntar como poderia ocorrer uma catástrofe social onde havia progresso econômico merece maiores cuidados do que frequentemente se afirma em análises pouco criteriosas. Daí a assertiva, um tanto conclusiva, de Polanyi, segundo a qual é fora de dúvida que uma calamidade social seja, basicamente, um fenômeno cultural, e não econômico mensurável este por cifras de rendimentos e estatísticas populacionais.

No Brasil, a análise da questão social, em consonância com o exame da realidade de pobreza, revela traços que a diferenciam da situação observada na Europa. Aqui, além dos efeitos acarretados pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo, pesam as marcas distintivas que acompanham a história Social brasileira, particularmente as que dizem respeito ao caráter oligárquico-autoritário presente, ao longo dos anos, nas relações. Nesse sentido, a literatura brasileira na área de ciências sociais tem produzido,

profusamente, trabalhos acerca de uma situação contraditória e incômoda que insiste em acompanhar o desenrolar da história republicana brasileira. Se o país é, em determinados aspectos! comparado às mais ricas e promissoras economias do mundo, em outros — em especial na desigualdade social — figura nas mais baixas colocações de escalas comparativas, ao lado de pequenas nações que nem sequer sonham em algum dia viver em democracia ou que somente há pouco conheceram, mesmo precariamente, seu significado.

Para se situar a questão social no Brasil como um problema concreto é preciso que se faça uma volta aos anos de 1930, época que marca, sobretudo em São Paulo, o início do processo de industrialização brasileiro com o surgimento de um operariado com as características bem delineadas de uma classe de trabalhadores e o aparecimento de uma burguesia industrial. Vale destacar que alguns autores, como Cerqueira Filho (1982) e Souza (2003), defendem que um verdadeiro Estado moderno no Brasil não principia em 1930, embora se tenha consolidado como tal nesse período. Para eles, o marco inicial do processo de modernização é o ano de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, mesmo reconhecendo que de 1930 em diante é que se dá uma mudança no caráter modernizador.

Não obstante a importância das mudanças de natureza urbana e comercial do final do século XIX e início do XX, somente a partir da década de 1930 surge, simultaneamente a um conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas de caráter mais dinâmico, a marca determinante da industrialização. Nessa situação, a cidade passa a exercer uma maior hegemonia sobre o campo, e a indústria, no contexto da política de substituição de importações, representará o principal eixo das atividades econômicas. Esse processo fez com que o Brasil experimentasse até a década de 1970<sup>4</sup> — portanto, em quatro décadas — taxas extraordinárias de crescimento econômico, responsáveis por alçá-lo, nesse aspecto, à oitava colocação no mundo.

---

<sup>4</sup> Após um período de extraordinário crescimento econômico, o projeto desenvolvimentista no Brasil entrou em colapso, fazendo com que o país passasse a registrar os mais baixos indicadores desde 1930, tanto que os anos de 1980 se tornaram conhecidos como a década perdida, denominação cunhada pelos economistas. Ver, sobre o assunto, Fiori (1995).

Mas, para entender o surgimento da industrialização no Brasil, é fundamental ressaltar que ela não é fruto exclusivo de uma política de substituição de importações. Como adverte Cerqueira Filho (1982, p. 57), deve-se atentar para o fato de que “a economia industrial brasileira nasceu num complexo de relações mercantis em dissolução e isto marcou a ação do empresariado tanto quanto a organização da empresa e o comportamento do operariado”. Na verdade, o robustecimento de um mercado consumidor dependeria da desestabilização ou mesmo da destruição — da rede bem estabelecida de serviços e postos de venda estruturada por grupos de importadores ligados, na quase totalidade, ao capital estrangeiro, os quais, por sua vez, detinham o controle dos consumidores. As bases da industrialização brasileira decorrem, assim, tanto da limitada capacidade de importação quanto dos incentivos oficiais concedidos, o que tornou mais evidente a política de substituição de importações adotada em seguida.

Além disso, outro ingrediente daria uma parcela de contribuição na institucionalização de uma sociedade industrial, não podendo ser desconsiderado na análise da constituição e no aprofundamento da pobreza urbana no Brasil: a debilidade de uma economia que nasceu tendo por base a escravidão. Em razão disso, numa reflexão sobre o processo de formação do urbano no Brasil no contexto do início da industrialização, Oliveira (1982, p. 42) observa que:

quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, era tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode se apoiar em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. [...] Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana ou teria muito poucas condições de nascer.

Como o autor adverte, ao trilhar o caminho da escravidão, as cidades brasileiras não assumiram o papel típico de um mercado, tal como ocorreu na Europa, ficando elas responsáveis tanto pela formação de “exércitos ativos” quanto dos “exércitos industriais de reserva”. Assim, mesmo nos melhores momentos de estabilidade econômica, os trabalhadores nunca puderam gozar de condições sociais minimamente próximas das vividas pela “sociedade salarial” europeia, à exceção de alguns poucos setores urbanos privilegiados.

Abolida a escravatura, sobressai outro problema relacionado à formação dos primeiros centros urbanos, decorrente da adoção de mão-de-obra escrava. É que, como observa Franco (1974), havia, nos interstícios de uma sociedade patrimonialista como a brasileira e nas brechas dessa relação muito próxima entre o poder público e o privado, uma categoria desgarrada do restante da sociedade, que sofria por não ser considerada nem escrava, nem elite, e que ficou conhecida como os “homens livres” (escravos libertos e imigrantes pobres). Com olhos nessa realidade Souza (2003, p. 154) assevera que

os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto. Este, imediatamente depois da abolição, se viu responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista e burguesa.

Desse modo, a grande dificuldade é a criação de um dos elementos fundamentais da sociedade capitalista, representado pela figura do proletário. Não sendo o “homem livre” um proletário, passa ele a ser considerado um pária da sociedade, alguém que não encontra lugar específico numa sociedade não estruturada para ele. Por isso, segundo Souza (2003, p. 122),

na esteira desse processo surge uma ‘ralé’ composta por seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva.

Surge então, no contexto dessas relações, a questão social como expressão própria das alterações entre capital e trabalho, sendo primeiramente tratada pelas elites dominantes como “caso de polícia”, atribuição feita a partir de um sólido processo de construção ideológica que visava combater as chamadas “classes perigosas” (VALLADARFS, 1991). Tal expressão fazia referência a todos aqueles que não estavam inseridos no mundo do trabalho nas fábricas, ou seja, os vagabundos, que poderiam ser responsabilizados pela disseminação do caos, da desordem e da delinquência e que deveriam, por isso, ser combatidos para a manutenção da ordem. Essa construção ideológica responsável por atribuir a ideia de “classes perigosas” ao



conjunto dos que não se enquadravam nas classes trabalhadoras ficou a cargo das elites, pois, consoante Cerqueira Filho (1982, p. 59),

as classes dominantes oligarquias agrárias), na medida em que detinham o monopólio do poder político, detinham simultaneamente o monopólio das questões políticas legítimas; das questões que em última instância, organizam a percepção do funcionamento da sociedade. Nesse contexto, a questão social', por ser ilegítima, não era considerada uma questão legal', mas legal, subversiva e que, portanto, deveria Ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado.

Mas, se por um lado havia sido possível ao Brasil naquele momento experimentar os primeiros resultados que acenavam com índices de crescimento industrial e econômico, consequências do investimento feito nesses setores, por outro havia um aumento quantitativo da classe operária, que se fazia ouvir cada vez com maior atenção. Ademais, o fato de a questão social passar a ter ares de uma questão legal após 1930 limitou a possibilidade de se encarar o problema unicamente como caso de polícia, contrariando diretamente os anseios históricos das elites.

Por isso, já nas décadas de 1950-60 a pobreza urbana passa a gerar diferentes e maiores preocupações, seja pela sua propagação. seja pelo aumento de sua visibilidade, sendo por isso logo associada ao subemprego, tanto por ser esta uma forma medíocre de utilização da força de trabalho como também por ser decorrente do processo de superurbanização. Ao se fazer a associação entre pobreza e subemprego, tornou-se possível constatar duas diferenças principais para a noção de pobreza na virada do século XIX para o XX: deixa ela de ser responsabilidade exclusiva do indivíduo, devido ao reconhecimento de que são fatores externos ao homem os responsáveis por essa condição, e adquire o trabalho um caráter positivo, admitindo-se o assalariamento advindo como meio de sobrevivência. Então, para Valladares (1991, p. 98),

reconhecida a marginalidade como inerente ao sistema capitalista e às sociedades dependentes, passou-se necessariamente a considerar a pobreza enquanto um fenômeno de natureza estrutural que escapava da esfera individual, A partir dessa conceito, os pobres não são mais tidos como ociosos ou vadios, passando a ser compreendidos enquanto massa dos excluídos, dos marginalizados, colocados na periferia do sistema econômico com o direito de participação restrito, quando muito, à situação do subemprego.

Avançando um pouco mais no tempo, nas décadas de 1970-80 as representações da pobreza encontrarão relação com o intenso processo de urbanização e com as mudanças por que passa o mercado de trabalho das cidades. Desse modo, tanto a ascensão da noção de mercado de trabalho informal, ocupado pelos trabalhadores pobres, quanto o acelerado e caótico processo de crescimento das franjas das cidades, conhecido como periferização, auxiliariam a emergência de outra mudança da noção de pobreza. Dessa vez, o “trabalhador pobre” teria como oposto a categoria “bandido”, de sorte que representar a pobreza a partir da esfera do trabalho cede lugar à associação com a criminalidade, “alimentada pela crença de que o desemprego, a pobreza e a crise estariam associados” (VALLADARES, 1991, p. 98). Ainda hoje, muitos exemplos demonstram que os pobres continuam sendo tidos como “perigosos”, resultando no quase natural e instantâneo vínculo entre pobreza e criminalidade (TELLES, 1990).

Ora, isso tudo viria a se refletir, em parte, no modo como os direitos sociais seriam forjados no Brasil. Quer dizer, ao serem moldados sob a ótica do Estado, a tendência é que esses direitos perpetuem a lógica que privilegia os setores dominantes em detrimento das camadas inferiores (TELLES, 1990). Não por acaso, delinear o perfil da sociedade brasileira é revelar uma realidade caracterizada pela reiterada instabilidade no âmbito do trabalho e pela debilidade dos mecanismos de proteção social, o que se acentua pela ausência de garantias e de direitos que assegurem certa estabilidade. Estudos sobre a construção da cidadania no Brasil apontam esse espaço vazio na constituição dos direitos sociais no país (SANTOS 1979; SALES, 1994 DAGNINO, 1994; TELLES, 1990, 1994). Santos (1979, p. 75), por exemplo, sugere o conceito de cidadania como uma chave de entendimento da política econômico-social após 1930, descrito sob o caráter singular de uma “cidadania regulada”.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em Outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [J A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nessas últimas categorias

ficarão incluídos não apenas os empregados, os sub-empregados e os empregados instáveis. mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações por mais regulares e instáveis não tenham sido ainda regulamentadas.

Quando se chega no período posterior à ditadura militar, vê-se que a sociedade civil brasileira, além de estar agora marcada irreversivelmente pelos traços deixados pela experiência do autoritarismo, passa a vivenciar o próprio ressurgimento, a tal ponto que se considera que o referido período seria o marco não do ressurgimento, mas da fundação, de fato, da sociedade civil no Brasil', a partir do seu movimento de rearticulação nos anos de 1980 (DAGNINO, 2002).

A retomada das instituições democráticas não significou, entretanto e por si só, o enfrentamento a contento por parte do Estado das questões intimamente relacionadas às desigualdades sociais, havendo mesmo um adensamento dos problemas. Mas, ao mesmo tempo, viu-se brotar o sentimento de que seria cada vez mais necessário robustecer tanto a noção de democracia quanto o controle societal do Estado, preocupações que expressam a ênfase na construção de uma "nova noção de cidadania" (DAGNINO, 1994, 2002).

Contudo, mesmo havendo um avanço em termos de construção da democracia desde o fim da década de 1980, espelhando, dentre outros fatores, a emergência da nova noção de cidadania, assiste-se, na década de 1990, ao abalo de todo o processo de construção democrática iniciado ainda na década anterior, devido à política neoliberal adotada como medida incontestável ao progresso econômico. Na tentativa de desmistificação do liberalismo como a "varinha de condão" responsável pela solução mágica de todos os problemas do mundo capitalista moderno, inclusive o que se refere questão social, Polanyi (2000) destaca que o conceito de mercado auto-regulável é para ele utópico e com progresso obstruído pela autoproteção realista da sociedade, e que na perspectiva dos autores liberais todo esse protecionismo não passou de um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão, sem as quais o mercado teria resolvido as próprias dificuldades. Desse modo, afirma Polanyi (2000, p. 173) que

resolver qual dessas duas perspectivas é a correta é talvez o problema mais importante da história social recente, uma

vez que ela envolve nada menos que uma decisão quanto à alegação do liberalismo econômico de ser o princípio básico organizador da sociedade.

Contudo, o grande desafio para se pensar a vida no globo, a despeito da expansão de mercados e das facilidades deslumbrantes que as novas tecnologias proporcionam, é ter sempre em mente que dois limites muito claros devem ser interpostos nesse processo, por vezes avassalador: o do homem e o da natureza. Isso porque uma pergunta feita há mais de dois séculos, em função da Revolução Industrial, jamais perdeu as conotações extremamente atuais, instigantes e inquietadoras: qual seja: como pode ocorrer uma catástrofe social onde há, sem sombra de dúvida, progresso econômico? (POLANYI, 2000). A relevância dessa reflexão avulta quando se atenta que, da mesma maneira como que o progresso econômico dos países mais ricos aumenta, a catástrofe social dos mais pobres se intensifica.

Tais inquietações servem, portanto, ao propósito de chamar à reflexão permanente o processo de globalização no que se refere aos equívocos de suas estratégias e caminhos a seguir e, acima de tudo, à ideia, vastamente difundida, de que esse processo é uma realidade inevitável. Mesmo com diversos casos de contestação aos ditames das políticas neoliberais nos últimos anos do século XX, ainda assim existem resistências que merecem, no mínimo ser questionadas.

Tudo isso se dá porque o drama da pobreza encontra ambiente propício para reproduzir-se e perpetuar-se, dentre inúmeros outros fatores, pela falta de mecanismos efetivos de mobilidade social, bem como pela existência de altos índices de concentração de renda. Além disso, o desemprego, a desestabilização das relações de trabalho, a violência crescente e o resultante ambiente de extrema vulnerabilidade social e de degradação das condições devida são exemplos evidentes, como aponta Telles (1990, 1994, 1996), de uma crise social que há muito impõe transformações às cidades brasileiras, ocasionadas pelos rearranjos econômicos das últimas décadas, que têm contribuído para a constituição de um país fragmentado entre regiões de acelerado desenvolvimento e outras que se arrastam na reprodução continuada das mais atrasadas e perversas formas de vida. Desse modo, sem proporcionar a integração social unicamente pela via da “cidadania salarier”,

como ocorreu na Europa, o problema atual é como incrementar a regulação da sociedade e da economia, tendo como fundamentos determinados critérios necessários para a caracterização de uma nova cidadania (TELLES, 1990, 1994, 1996; DAGNINO, 1994).

Questionada, a sociedade, então, exige e apresenta novas maneiras de confrontar a situação, sendo uma delas a que acena com a criação e posterior incorporação de mecanismos inovadores de gestão e participação cidadã, medida que passa, dentre outras, pela descentralização do governo das cidades. Com isso, alguns autores (SOARES; CACCIA-BAVA, 1998; RAICHLLIS WANDERLEY, 2004; ARAUJO; GUIMARAES NETO, 1998; VIEIRA, 1996) acreditam que sejam criados meios para que haja a emersão de um projeto político capaz de promover a socialização do poder, garantir inclusão social e melhorar os resultados relativos à prestação de serviços públicos.

Entre as mudanças esperadas, figuram aquelas que preveem o rompimento com as práticas patrimonialistas e clientelistas típicas das elites de poder locais, e a atribuição de novas configurações às instituições, no sentido de permitir a criação de novas formas de exercício da cidadania, em consonância com o projeto, numa escala mais ampliada, que visa transformar “os espaços locais e os espaços urbanos, em particular, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico.” (ARAÚJO; GUIMARÃES NETO, 1998 p. 10).

### **3 OS NOVOS DESAFIOS APRESENTADOS PELA POBREZA À SOCIEDADE E AO ESTADO:** questionamentos da capacidade de enfrentamento dos problemas do país.

Importante ressaltar que a discussão de determinadas categorias relacionadas ao debate em tela, como é o caso das que tratam da “participação” e do “controle social”, requer um posicionamento diferente daquele dispensado ao momento da promulgação da Constituição de 1988. Isso porque a emergência de movimentos no seio da sociedade civil rumo à busca de definição e de reconhecimento dos direitos do cidadão fez — e ainda faz — com que a materialização desses direitos se dê por meio de políticas

públicas assentadas na igualdade, justiça social e equidade. Nesse sentido, foram elaboradas leis complementares que regulamentaram procedimentos e atribuições das diversas esferas governamentais e, não obstante certas diferenças entre as leis federais, estaduais e municipais, todas tem agora um mesmo fim: garantir a participação da sociedade civil no controle das ações em áreas como as da saúde, educação, assistência e previdência social.

Mas, nesse ambiente surgido com o novo reordenamento jurídico, importante elucidar que um mero estatuto legal não é suficiente para a materialização de direitos. Infelizmente, grande parte da sociedade toma a garantia formal de direitos de participação direta como o momento em que se assegurados os direitos de cidadania de forma irrestrita. Segundo Ferreira (2001, p. 167),

a conquista da cidadania é um processo em construção que não se encerra com a formalização dos direitos. Os direitos estão em contínuo processo de formulação e reformulação e requerem um conjunto de medidas que são necessárias para que eles se façam exequíveis. E importante saber que a luta pelos direitos do homem é histórica, contrariando a concepção do que os direitos são naturais.

Dai que novos espaços de conquistas e de exercício de cidadania se vão constituindo, a partir da reconstrução de valores éticos fundamentados em princípios de justiça social, igualdade de direitos e democracia. Afinal, como revelam os acontecimentos recentes do país, a tarefa de encontrar a saída para os problemas não se deve furtar de levar em conta a mobilização da sociedade civil organizada, uma vez que ela tem buscado se inserir em fóruns de discussão e procurado ampliar seu poder nas decisões públicas, caminhando na direção de construir um ambiente democrático em que se possa desfrutar plenamente da condição de cidadão. Quer dizer, uma nova proposta de gestão urbana é um dos caminhos para a solução dos problemas e uma tarefa que passa, necessariamente, pela democratização do processo decisório e das políticas públicas.

Faz-se necessário, então, na busca de uma sociedade mais igualitária, que se fortaleça, além das participações direta e representativa, a que se dá em espaços públicos diferentes, alternativos, questionadores e críticos e que se tornem, por consequência desse movimento, tonificantes das ainda frágeis instituições brasileiras. A construção desses novos espaços

públicos funciona, por outro lado, como uma possibilidade de ampliar a capacidade de influir nas decisões e, assim, transformar a realidade social, econômica, cultural e política do país.

Num ambiente assim, torna-se preponderante o papel exercido pelos meios de comunicação na medida em que se apresentam como um elemento que permite a garantia de apoio do público às ações que uma esfera de governo se proponha a implementar (SOARES; CACCIADAVA, 1998). Na mesma direção de análise, Jovchelcvitch (2000, p.87) acredita que “os meios de comunicação, como qualquer outra instituição social, são uma arena que permite narrativas contraditórias e interações contraditórias com o público que eles ajudam a formar” Em outras palavras, a eficiência na gestão pública, atirigda a partir de ações de governo que primem pelos preceitos de agilidade, transparência e publicidade, passa pela necessidade deque haja tanto a abertura dos governos à participação da sociedade, quanto seja possível, da mesma forma, a mediação entre Estado e sociedade feita pelos meios de comunicação social (JOVCHELOVITCH, 2000).

É preciso, contudo, a consciência de que inúmeros desafios são postos aos meios de comunicação diante dos problemas sociais enfrentados e, da mesma manora que a sociedade e o Estado se veem questionados, a mídia também merece ser discutida.

Antes, exige-se, para uma compreensão mais ampla da noção de pobreza, por força da constatação de que essa problemática diz respeito a toda a sociedade e não apenas às populações imersas nessas condições de vida, uma atenção maior sobre outras dimensões pelas quais o fenômeno pode ser apreendido, diferentemente da dimensão que prioriza o olhar sobre os aspectos notavelmente objetivos. Sobre o assunto, Lima (2003, p.48) assinala que

[...] ainda que as exigências mais prementes voltem-se para a formulação de políticas sociais atenuadoras das vulnerabilidades, estas não esgotam o repertório das ações situados no campo dos direitos, porque a sua concretização não se imita à esfera estatal, mas se refere a uma conquista mais ampla, a de reconhecimento na e da sociedade.

Por isso, a verificação da crescente realidade de pobreza no dia- a- dia das grandes cidades brasileiras permite o revigoramento constante desse

debate, envolvendo a busca de soluções para os problemas coletivos. Mas, diante de tantos desafios, é importante não perder de vista que a existência das atuais instituições se deve a inúmeras lutas, movimentos, conflitos, enfrentamentos e negociações— muitas vezes nada amistosas — e que essa é a maneira pela qual se gesta uma cultura da participação em questões públicas. Seguindo as recomendações de Ferreira (2001, p. 186) e considerando o estágio em que a sociedade se encontra.

[...] não é possível parar, deixar de acreditar no potencial que têm os movimentos que se organizam, quando acreditar,, que é possível criar espaços para a sua vivência mais coletiva e mais atuante, sem se deixar levar pelos ditames de projetos colonialistas a fim de compreender que a participação de cogestão é uma estratégia de conhecer, agir e de propor outras ações.

Paralelamente à existência de movimentos sociais, partidos políticos e outras instâncias nascidas no seio da sociedade civil organizada, os quais, variando de acordo com seus propósitos, limites e conveniências, atuam no sentido de buscar alcançar a plena cidadania, emerge na sociedade moderna a figura dos meios de comunicação, que crescem em destaque por suas características intrínsecas, relacionadas à mediação e à visibilidade de fatos sociais. A respeito dessa centralidade, Jovchelovitch (2000, p. 89) observa que eles

se tornaram constitutivos da vida social alteraram modos de interação, transformaram o acesso e o consumo de bens simbólicos, reestruturaram a política institucional e mudaram radicalmente as fronteiras entre as esferas pública e privada.

Tais características permitem entender a mídia como verdadeira estrutura profissionalizadas de distribuição de mensagens, num curso em que a atividade mediadora se instaura e, em seguida, se consolida como uma dimensão responsável pela constituição e, até mesmo, pela estruturação da própria realidade (MENDES, 1985). De fato, os meios de comunicação, como os conhecidos na atualidade, atuam constantemente na direção de organizar a vida em sociedade, na medida em que criam formas de ação e interação social (GUARESCHI, 2000; JOVCHELOVITCH. 2000). Dito de outro modo, a mídia funciona como um instrumento de difusão e, como tal, reverbera na sua concretude diferentes sentidos sobre temas variados — como, por exemplo, a



problemática da pobreza urbana—, conferindo sentidos a essa realidade (FAUSTO NETO, 1999).

Já Mendes (1985, p. 80) enxerga, nesse modo próprio de agir, uma espécie de simplificação conveniente da realidade, pois, ao escolher o real que vai narrar e ao escolher o modelo narrativo em que o vai exprimir, a mídia reduz a infinidade de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa”. Isso quer dizer que, ao tempo em que informa, absorve e reproduz, os meios de comunicação podem redefinir e reconstruir a realidade, revelando, assim, uma compreensão da realidade (MENDES, 1985). Mas qual seria a lógica a reger essa postura da mídia?

Thompson (1995) acredita que, atuando dessa maneira, a mídia esteja construindo redes de significação para si mesma, já que existe um elemento importante na análise do papel desempenhado por ela, particularmente no que se refere ao seu funcionamento como um instrumento produtor de sentido, refletido na suspeita de que seja ela regida pela forte tendência de reproduzir o socialmente aceitável e previsível, rechaçando tudo que não seja minimamente linear. O discurso da mídia se caracteriza, então, pela busca da eliminação do fortuito, acidental e incerto, no momento mesmo em que “surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade.”(THOMPSON, 1995, p. 15).

Desse modo, se é possível que inúmeros significados se possam expressar em discursos e linguagens de diferentes atores sociais e em numerosos espaços da sociedade, é exatamente nesse momento que se evidencia a contribuição dos meios de comunicação na configuração de uma parte da realidade social. Assim, quanto mais a mídia ocupa espaço na sociedade, na mesma proporção será a importância do papel exercido por ela na construção de conceitos e explicações sobre os processos sociais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se não cometer exagero o reconhecimento de que a mídia representa uma forma importante de estimular, inquirir e interpelar o poder por providências que assegurem políticas públicas eficazes e contribuam para que as inúmeras problemáticas enfrentadas pela sociedade sejam reconhecidas como de responsabilidade pública. Independentemente de levar em conta a

questão dos numerosos interesses envolvidos — fato que acaba por distorcer a real motivação de determinadas discussões e, em parte, relativiza a importância que se tenta aqui salientar—, é difícil negar as características que a mídia possui tanto quando serve como um meio de tornar públicas determinadas demandas e carências coletivas, quanto se transforma numa espécie de ponte entre a sociedade e os representantes dos poderes constituídos (SOARES; CACCIA-BAVA, 1998). Por essas razões, com o devido cuidado para não atribuir à mídia uma feição de “remédio milagroso para todos os males da falta de visibilidade”, o fato é que ela, bem ou mal, representa um importante elemento constitutivo do espaço público de debate, Segundo Fausto Neto (1999, p. 16),

a importância da mídia como um dos dispositivos instituidores do espaço público é observada na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana, as mídias vão não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, como também se faz nelas.

Assim, se a mídia funcionou, num primeiro momento, como matriz da esfera pública, responsável por mediar e amplificar a voz dos protagonistas cultos e racionais que debatiam ideias em fóruns de discussão coletiva, há muito ela abandonou esse caráter reflexivo, voltado para o debate público de questões morais, existenciais e políticas, para assumir um perfil orientado pelos negócios, dada a necessidade, cada vez mais urgente, de garantir resultados expressivos tanto com relação aos aspectos da produtividade técnica e quanto com relação a seus meios operacionais.

Destarte, o imperativo de gerar o retorno esperado pelos investimentos do novo capital empregado termina por atrelar a política das empresas jornalísticas à necessidade de expansão comercial, o que, para muitos, trouxe, como consequência, a transformação de uma imprensa pedagógica em outra “manipulativa”. E preciso atentar, porém, para o fato de que atualmente esse tipo de apreciação perde eficácia, já que as análises que qualificam a atuação midiática como essencialmente manipulativa dão margem a muitas contestações porque, mesmo sendo portadores de uma força real, desconfia-se que não sejam os meios de comunicação detentores de um poder tão espetacular, como se suspeitava há pouco tempo.

Ao contrário dessa abordagem, ganha espaço o acúmulo teórico trazido pela Semiologia dos Discursos Sociais, em que vige a tese central de que já não se pode continuar a pensar a mídia moderna reproduzindo o erro de considerar-lhe a capacidade de ser também produtora de conteúdos simbólicos. Concorre para tal mudança de perspectiva, entre outras razões, a percepção de que todo e qualquer discurso — e não apenas os da mídia — objetiva estabelecer uma hegemonia sobre o discurso contrário, gerando um ambiente de conflito discursivo permanente, o que, por conseguinte, empresta à atividade jornalística os contornos de uma verdadeira via de mão dupla.

### **URBAN POVERTY, A SOCIAL MATTER AND THE MASS:**

challenges of the contemporary world and the media

#### **ABSTRACT**

This article aims at to carry through a reflection on the urban poverty, pointing out it as a central dimension of the social matter in the Europe and Brazil. It is looked to detach initial[ly] that the present poverty in the Brazilian reality was being secularly constructed by means of the existence of a strong oligarchical-authoritarian character that characterizes the relations and that, moreover, if it shows fruit of the transformations in course in the current world, over all when it involves happened economic questions of the phenomenon of the recent globalization. It is argued, after that, the emergency of new challenges that if place to the society, to the State and also the actors who start to occupy a paper, of prominence in the society contemporary, as it is the case of the medias. When conquering the importance that today is allowed to verify, the media passes to come across with innumerable questions imposed for the reality of current poverty. Thus excellent if it becomes the consideration of this cited importance of the media, has seen that the comment of some of its characteristics demonstrates the capacity that it has to attribute sensible to the poverty, what she transforms it into an important actor capable to disclose an understanding of the reality.

Keywords: Social matter. Urban poverty. Media.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, T. B.; GUIMARÃES NETO, L. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, S. (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

BELFIORE-WANDERLEY, M.; BOGUS, L.; YAZBEK, M. C. **Introdução**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Desigualdade e questão social**. São Paulo: FDUC, 1997. p.7-14.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_As transformações da questão social. In: BELFIORE WANDERLEY, M. BOGUS, L. YAZBEK, M. C. (Org.). **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 161-190.

CERQUEIRA FILHO, O. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **ANOS 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

\_\_\_\_**Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Ed, 1999.

FERREIRA, M. D'Alva M. Participação e controle social nos anos 80: novas descobertas ou novas utopias? **Serviço Social e Contemporaneidade**, Teresina, EDUFPI, v. 1, n. 1, 2001.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja: uma leitura (não liberal) da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Atica, 1974.

GUARESCHI, R (Org) **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, 5. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

\_\_\_\_**Representações sociais o esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000.

MENDES, J. M. A. Mudança vigiada no discurso da imprensa. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, Edições Afrontamento, n. 1, 1985.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Cortez, n. 6, p. 36-54, 1982.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 137-213.

RAICHELIS, R.; WANDERLEY, L. E. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo; Cortez, p. 5-32, jul. 2004.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 9, n. 25, p. 26-51, jun. 1994.

SANTOS, W. S. dos. **Cidadania e justiça**; a política social na ordem brasileira. Filo de Janeiro: Campus, 1979.

SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, 5. (Org.) **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SOIJZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 93-188.

TELLES, V. da S. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, ri. 2, p. 3745, abr./iun. 1990.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: **ANOS 90**; política e sociedade no Brasil. São Paulo; Brasiliense, 1994. p. 91-102.

\_\_\_\_\_. **Questão social**: afinal, do que se trata? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 85-95, 1996.

THOMPSON, J. B. The media and modernity: a social theory of media. In: CORREIA, J. C. **O poder do jornalismo e a mediação do espaço público**. Lisboa: UBI, 1995.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCI-IL, R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. p.81-111.

VIEIRA, L. Sociedade civil e espaço global. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 107-119, 1996.